



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001218-92.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Sustação de Protesto**
 Requerente: **VANESSA FORMIGONI**
 Requerido: **VVB COSMÉTICOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra o protesto de títulos que sofreu por iniciativa da ré.

A controvérsia estabelecida envolve saber se havia ou não respaldo para a implementação dos protestos questionados.

Sobre o assunto, a testemunha Bianca Casale prestigiou a versão da autora.

Confirmou que estava em seu estabelecimento comercial – a autora é cabeleireira – quando uma pessoa chamada Daniela apareceu para perguntar à autora se não desejava ficar com produtos para vender, o que a mesma recusou porque trabalhava com produtos de outra linha.

Acrescentou que Daniela insistiu e diante a postura da autora saiu para retornar em seguida dizendo que ela poderia ficar com os produtos em consignação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A autora então solicitou a Daniela que deixasse somente algumas amostras grátis, ao que se seguiu a elaboração de um documento cujo teor não viu.

Esse relato, como assinalado, converge para o ofertado a fl. 01, cumprindo registrar que nessa oportunidade a autora também informou que Daniela deixou em seu poder os produtos de início mencionados com a ressalva de que retornaria depois com as amostras grátis, o que não sucedeu.

Em contrapartida, a testemunha Daniele D'Ângelo fez eco à explicação da ré.

Assentou que trabalhava para esta e que no desempenho de sua atividade procurou a autora, a qual nunca comprara produtos da ré.

Ofereceu-lhe alguns, mas ela não aceitou sob o argumento de que trabalhava com outras marcas.

Passado aproximadamente um mês retornou e a autora pediu para deixar os produtos em consignação, ajustando-se que (a testemunha) voltaria em trinta dias para ver o resultado das vendas.

Ficou acertado que se não houvesse possibilidade de contato seria emitido um boleto da venda, vindo isso a implementar-se porque não conseguiu falar com a autora nas diversas vezes em que a procurou.

No mais, o documento de fl. 02 atina a um "pedido" que teria sido feito pela autora, contando com a assinatura da mesma.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Isso porque não extraio dos autos dados consistentes que permitissem a convicção de que a venda trazida à colação efetivamente aconteceu.

O documento de fl. 02 não se presta a representar pedido específico da autora sobre a transação em apreço, além de não se poder olvidar que de acordo com a própria testemunha Daniele ele não se prestaria de início a tal finalidade.

Na verdade, e ainda que se reconheça o seu relato como correspondente à realidade, a autora desejava apenas ficar com os produtos em consignação e isso foi feito, aventando-se somente a ressalva de que se em trinta dias não houvesse contato seria emitido o boleto correspondente.

Ora, isso é inverossímil porque não se concebe a estipulação de cláusula dessa natureza sem que ficasse expressamente registrada (anoto que Daniele deixou claro que a condição não ultrapassou o ajuste verbal).

Por outras palavras, o documento de fl. 02 somente abonaria de forma concreta as palavras da ré se nele estivesse inserido que a entrega dos produtos se dava em consignação e que apenas posteriormente, se o caso, os boletos seriam emitidos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse contexto, muito mais crível é o relato da autora.

Nota-se, portanto, que a ré não tinha amparo concreto para a emissão dos boletos e muito menos para a lavratura dos protestos que consumou, até porque não comprovou com a indispensável segurança que buscou contatos com a autora antes de consumir a medida de inegável gravidade.

Acolhe-se bem por isso o pleito para a sustação definitiva dos protestos.

De outra banda, é inegável que o protesto indevido rende ensejo a dano moral passível de ressarcimento, despidiendas considerações para a demonstração dos prejuízos que ele provoca.

As pendências de fls. 18/19 e 21/22 não modificam esse panorama porque remontam há vários anos, de sorte que os danos morais da autora estão configurados.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fl. 10, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**